COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - CASP

REQUERIMENTO N°_____, DE 2025

Requeiro a realização de um ciclo de seis audiências públicas, no âmbito da Comissão de Administração e Serviço Público, com temas de interesse das carreiras e do serviço público

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa, nos termos dos incisos III e XIII do art. 24 combinados com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de um ciclo de seis audiências públicas com temas de interesse das carreiras e do serviço público, conforme detalhado abaixo:

Gestão e Avaliação de Desempenho no Setor Público

- Renata Vilhena República.org
- Rudinei Margues FONACATE e UNACON Sindical
- Jessika Moreira Movimento Pessoas à Frente
- José Celso Cardoso Júnior SGP/MGI
- Elizabeth Sousa Cagliari Hernandes ANESP

Negociação coletiva no serviço público

- Jose Lopez Feijóo SRT/MGI
- Alfredo Nascimento AACE
- Dão Real dos Santos SINDIFISCO Nacional
- Bom Machado SINAIT
- Alessandra Barros INTELIS

Regulamentação do Teletrabalho no Serviço Público

- Rodrigo Keidel Spada FEBRAFITE e AFRESP
- Julienne Guerra Sindsusep
- Regina Coelho SGP/MGI
- Fabio Faiad Bottini SINAL





Janus Pablo Fonseca de Macedo ANFFA SINDICAL

Contribuição dos INATIVOS (PEC 6/2024 e PEC 555/2006)

- Maria Santíssima Marques ANPPREV
- Miguel Arcanjo Simas Nôvo ANFIP
- Mauro José Silva UNAFISCO
- Tãnia Prado FENADEPOL
- Enoque Venancio de Freitas SINPOL-DF
- Representante do Sindilegis

Governo Digital e I.A.

- Representante do SINSSP
- Thaisse Craveiro ANTC
- Ana Carolline Ribeiro Tupinambá ASBRAPP
- Oswaldo Molarino SINDCVM
- Representante da Secretaria de Governo Digital (SGD) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Regulamentação dos supersalários

- Representante do Fonacate
- Thaisse Craveiro ANTC
- Francelino Valença FENAFISCO
- Ana Paula Moreira AFIPEA Sindical
- Representante da República.ORG

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão de Administração e Serviço Público tem um papel central no debate sobre a modernização e o fortalecimento da administração pública brasileira. O momento atual exige uma escuta qualificada sobre temas que impactam diretamente a gestão de pessoas, a organização do Estado e a qualidade da prestação de serviços à população. Com base nesse compromisso, propõe-se a realização de um ciclo de seis audiências públicas com foco em temas estruturantes e estratégicos para o aprimoramento do serviço público, com participação de especialistas, gestores, entidades sindicais e representantes da sociedade civil organizada. A pluralidade de convidados (as) assegura a representatividade técnica, institucional e regional dos debates, em consonância com os objetivos da comissão e os desafios contemporâneos da administração pública.

Entre os temas propostos, destacam-se a gestão e a avaliação de desempenho, a negociação coletiva, a regulamentação do teletrabalho, as





discussões sobre a contribuição de aposentados (as) e pensionistas, o avanço do governo digital e da inteligência artificial e a regulamentação dos supersalários. Cada audiência tem o objetivo de aprofundar o debate técnico e institucional sobre aspectos específicos da organização e valorização do serviço público, considerando seus impactos sobre a eficiência estatal, a equidade nas relações de trabalho e a sustentabilidade da máquina pública. O ciclo visa indicar caminhos que qualifiquem o debate legislativo com vistas a aprimoramentos legais.

A realização dessas audiências também responde à necessidade de criar um espaço institucional contínuo e democrático para o diálogo entre o Parlamento, o Poder Executivo e as entidades representativas do funcionalismo. Esse diálogo é fundamental para a construção de políticas públicas sustentáveis, equilibradas e aderentes aos princípios constitucionais da administração pública, como a legalidade, a eficiência e a moralidade.

Por fim, este ciclo também contribui para aproximar o Legislativo da sociedade, por meio de debates públicos que abordam temas de interesse coletivo com profundidade e responsabilidade. Os desafios enfrentados pelo serviço público demandam transparência, base empírica e compromisso institucional com soluções técnicas e socialmente justas. Ao propor essas audiências, a CASP cumpre seu papel de debater políticas públicas voltadas à gestão administrativa do país, ao mesmo tempo em que reforça seu protagonismo no debate sobre o futuro do Estado brasileiro. Trata-se de uma agenda necessária, atual e estratégica, que merece o apoio dos (as) parlamentares e da sociedade.

Sala das Comissões, em de julho de 2025.

Deputada **Erika Kokay** – PT/DF



